DF CARF MF FI. 1005





**Processo nº** 13629.000475/2005-83

**Recurso** Voluntário

Acórdão nº 3201-007.579 - 3ª Seção de Julgamento / 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária

Sessão de 14 de dezembro de 2020

**Recorrente** EMBASIL EMBALAGENS SIDERURGICAS LTDA

Interessado FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Data do fato gerador: 30/09/2004

DETERMINAÇÃO JUDICIAL. INAPLICABILIDADE DO ART. 170-A DO

CTN.

É de se afastar a aplicabilidade do art. 170-A do CTN, diante da decisão judicial que reconheceu que o pedido judicial é anterior a entrada em vigor do

art. 170-A.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao Recurso Voluntário para promover reanálise dos autos em face da decisão judicial que superou a aplicação do art. 170-A do CTN.

(documento assinado digitalmente)

Paulo Roberto Duarte Moreira - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Laércio Cruz Uliana Junior - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Hélcio Lafetá Reis, Leonardo Vinicius Toledo de Andrade, Marcos Antonio Borges (Suplente convocado), Laercio Cruz Uliana Junior, Márcio Robson Costa, Pedro Rinaldi de Oliveira Lima e Paulo Roberto Duarte Moreira (Presidente). Ausente a conselheira Mara Cristina Sifuentes, sem substituto.

### Relatório

Por retratar os fatos no presente processo administrativo, passo a reproduzir o relatório da Delegacia Regional de Julgamento:

Trata-se o presente processo de exigência fiscal relativa à insuficiência de recolhimento do PIS e multa isolada em razão de compensação indevida

efetuada em declaração prestada pelo sujeito passivo, formalizada no auto de infração de fls. 17/19. O feito constituiu crédito tributário no montante de R\$240.742,70.

Na descrição dos fatos, a Fiscalização relaciona as infrações e enquadramento legal:

- 1- PIS (FATURAMENTO) INCIDÊNCIA NÃO-CUMULATIVA FALTA/INSUFICIÊNCIA DE RECOLHIMENTO DO PIS Valor apurado conforme Termo de Verificação.

Fato Gerador Val. Tributável ou Contribuição Multa(%)

31/01/2005 R\$ 8.000,00 75,00 Enquadramento legal: ,Arts. 1°, 3° e 4° da Lei n° 10.637/2002, §3° e 40 do art. 31 da IN RF 460/2004 - 2- MULTAS ISOLADAS COMPENSAÇÃO INDEVIDA EFETUADA EM DECLARAÇÃO PRESTADA PELO SUJEITO PASIVO O contribuinte efetuou compensação indevida de valores prestada, conforme termo de Verificação Fiscal.

(...) Enquadramento legal: Art. 90 da MP n° 2.158-35/01. art. 18 da MP n° 135/03, art. 18 da Lei n° 10.833/03, art. 18 da Lei n° 10.833/03 c/ a redação dada pelo art. 25 da Lei n° 11.051/2004.

Às fls. 44/66, a contribuinte apresentou sua impugnação, onde aduziu, em resumo que:

- carece de subsídio jurídico a autuação posto que as compensações efetuadas pela impugnante estão no artigo 66 da Lei 8.383/91,e não na legislação federal invocada na autuação fiscal;
- ajuizou mandado de segurança, no qual foi concedida a segurança, deteiminando fossem compensados os créditos de PIS com o próprio PIS, à luz do artigo 66, da Lei Federal  $n^\circ$  8.383/91;
- as compensações levadas a efeito pela impugnante foram realizadas, baseadas em decisão judicial cogente, no período de maio de 2003 até janeiro de 2005, relativamente aos créditos de PIS, recolhidos indevidamente no período de novembro de 1989 a outubro de 1993, com débitos do próprio PIS. tendo direito liquido e certo de proceder às compensações de seus créditos de PIS com débitos da mesma exação, a teor do art. 66 da Lei 8.383/91;
- as compensações realizadas pela impugnante se deram em período em que não se encontrava em vigor a norma contida no artigo 74, §12, inciso II, alínea "d" da Lei n° 9.430/96, que classificou como não declarada ao fisco as compensações com autorização judicial ainda não transitada em julgado;
- é totalmente improcedente o auto de infração em razão da irretroatividade da Lei nº 11.051/2004, da violação a coisa julgada, da aplicação da legislação tributária acerca da compensação (do tempo dos pagamentos indevidos jurisprudência pacífica do STJ), da inexigibilidade da multa aplicada e da clara natureza confiscatória;

Por fim requer seja declarado insubsistente o Auto de Infração, ou se o entendimento for diferente, sejam excluídos os valores relativos à multa isolada

e de ofício, por ilegalidade porque retroativa a fatos geradores em que não havia a previsão de tal multa.

A Delegacia Regional de Julgamento julgou parcialmente procedente o pleito da contribuinte, proferindo o acórdão assim ementado:

# COMPENSAÇÃO INDEVIDA. LANÇAMENTO DE OFÍCIO.

É cabível o lançamento de ofício para a cobrança do crédito tributário inadimplido em razão de indevida compensação por insuficiência de direito creditório MULTA ISOLADA. APLICABILIDADE.

# COMPENSAÇÃO INDEVIDA OU NÃO DECLARADA.

Considerada indevida ou não declarada a compensação, é cabível a aplicação da multa isolada, no percentual de 75% sobre o valor do tributo compensado indevidamente.

Inconformada, a contribuinte apresentou Recurso Voluntário, pleiteando reforma em síntese:

- a) que o crédito é decorrente do acórdão no. 09-20.076 (fl. 100)
- b) irretroatividade do art. 170-A do CTN;
- c) do prazo quinquenal para compensação
- d) inaplicabilidade da multa de mora;

Após, o feito foi convertido em diligência para que fosse colacionado aos autos certidão de objeto e pé da demanda.

A contribuinte alega que diante da COVID, restou impossibilitada de atender o pedido.

É o relatório.

#### Voto

Conselheiro Laércio Cruz Uliana Junior, Relator.

O Recurso Voluntário é tempestivo e dele conheço.

A lide na presente é travada em razão da insuficiência de crédito PIS.

Inicialmente é de trazer a baila o fato que a contribuinte impetrou mandado de segurança em novembro de 1999, buscando o direito de compensação do crédito PIS.

Ocorre que seu pleito de compensação ocorreu nos anos de 2003 a 2005, antes do trânsito em julgado judicial, por tal razão, foi aplicada a hipótese do art. 170-A do CTN.

Em suma, a contribuinte alega que o direito de compensação foi deferido em 1999 antes da entrada em vigor do mencionado artigo, assim, deveria a fiscalizar ter compensados os créditos.

Ocorre que diante da juntada de copia de decisão fls. 138 nos autos 1999.38.00.038736-8 que a fiscalização devia se abster de aplicar a hipótese do art. 170-A, vejamos:



JAGO.

DECISÃO

Às fls. 561/567, a impetrante alega que ajuizou o presente mandado com vistas à recurperação do que recolhera indevidamente um atenção aos Decretos-Leis n.s 2.445 e 2.449, ambos do 1099. A impetração foi oxiliosa, tando ecertido o trâneito em julgado em janeiro de 2006 (fls. 551).

Ocorre que, ao longo da tramitação do processo, a Impetrante se valeu de seus 'créditos antes do trânsito em julgado a depois de janeiro de 2001, mês em que o CTM fol alterado, sendo nele adicionado o critigo 179-A. Por consequente, o Fisco procedou à gloca das compensações levadas a cabo pela Impetrante, aduzindo como mutivo a impossibilidade do se compensar antes do trânsito em julgado. Uma dessas glosas gerou a Execução Fiscal nº 2007.38.14.001845-5, que tranita no duízo da Subreção Judiciária de ipatinga/MG.

Assevers reprovável a atllude do Fisco, uma voz que desconsiderou o fato de o presente mandado tor sido aforado untes da introdução do art. 170-A ao CTN. Não bastacee, os compensações se deram com a utilização de indébito do PIS, acerca do qual o Judiciário já manifestou definitiva e favoravolmente aos contribulnites.

Aduz que tals alegações foram expostas ao Julzo perante o qual framita a reforida execução fiscal. Todavía, aquele Julzo entendeu que não seria competento para avaliar a incidência ou não dos rigores do est. 170-A, cabendo a esta Juízo tal avallação.

Com elcito, verifico que a presente mandamus foi ajuizado em 24.11.99 e a sentença de fis. 315/318, que concedeu a segurança para a Impetrante proceder à compensação PIS. PIS dos valores recolhidos em face dos Decretos-leig n.8.24.5/58 e 2.44.5/88. c 10 proferida em 20 de junha do 2000, ou evija, antes de introdução do est. 170-A ao Código Tributário Nacional.

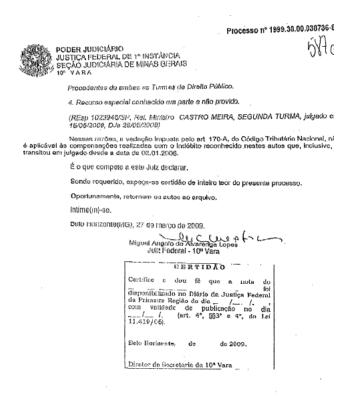
Portanto, afigura-se incorreto o procedimento do FISCO. A propósito, trago à colação jurisprudência do STJ em caso similar, *νατδία:* 

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. APLICAÇÃO DA TRD COMO FATOR DE CORREÇÃO MONETÁRIA. ART. 80 DA LEI 8.38390. ACÓRDÃO RECORRIDO FUNDABIENTO COMSTITUCIONAL INATACADO. SÚMULA 126STJ. ART. 170-A DO CTN. NÃO-INCIDENCIA. PROCESSO INICIADO ANTES CIA VIGENCIA DA LEI COMPLEMENTAR 104/2000.

1. Se a tribunal afasta e incidencie de TRD como fator de correção manetária com duplo enfoque, constitucional e infraconstitucional, e o recorrente não interpõe recurso exterorditano, incide e Súmute 120/STJ, de seguinte toar: "É inadmissivel recurso especial, quando e activida recorrito essonte em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer delas suficiente, por si só, para manto-lo, e aparto vencida não manifesta recursu entraordinário".

 Pere se afarir se a TRD foi cotrada antes ou após o vencimento da eração faz-ao necessária rever os aspectos fáticos da lide so a Cotte do origem, quento ao punto. não tiver llumado natificam premissa. Incirência da Súmula 7/STJ.

3. Quando a propositura de agão o correr antes de vigência da Lei Complementar nº 1040°C, que introducia no Cottigo Tributário o artigo 170-A, ou seja, antos de 10.01.01, a compenseção tributária preactinde da espara do trânsto en juigado de decisão que a autorizou, porquento sase diploma legal não possui natureza processual, e que fas com que se pulique ao tempo dos fatos.



# Verificando fl. 70 e seguintes do e-processo, o feito foi julgado procedente:

Quanto à compensação, no direito tributário, embora o instituto da compensação seja o mesmo do direito civil (.a lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos), não há operação automática, pois o entendimento de nosso TRF da 1' Região, é no sentido de ser a matéria da compensação reservada à esfera administrativa, precisamente para a certificação da certeza e liquidez, sem os quais não é possível a operação. Na via do *mcmdamus*, *é admitida a* compensabilidade.

Ante o exposto, CONCEDO A SEGURANCA, no sentido de que os hnpetrantes possam realizar a compensação PIS-PIS, nos moldes acima expostos, ou seja, dos valores pagos a titulo de alíquota majorada de PIS, pelos Decretos 2445 e 2449/88.

Deste modo, o Colegiado compreendeu que deve ser afastada a aplicabilidade do art. 170-A diante da decisão judicial acima.

Neste aspecto, como a contribuinte ajuizou sua demanda antes da entrada em vigor do art. 170-A, e a decisão foi proferida antes, em que pese o seu pedido administrativo tenha ocorrido posteriormente, merece prosperar seu argumento, pois, o pedido já encontrava-se autorizado, assim, não podendo retroagir a norma.

### **CONCLUSÃO**

Diante do exposto, voto em conhecer, e DAR PROVIMENTO PARCIAL ao Recuso Voluntário, para promover reanálise dos autos em face da decisão judicial que superou a aplicação do art. 170-A do CTN.

(documento assinado digitalmente)

Laércio Cruz Uliana Junior